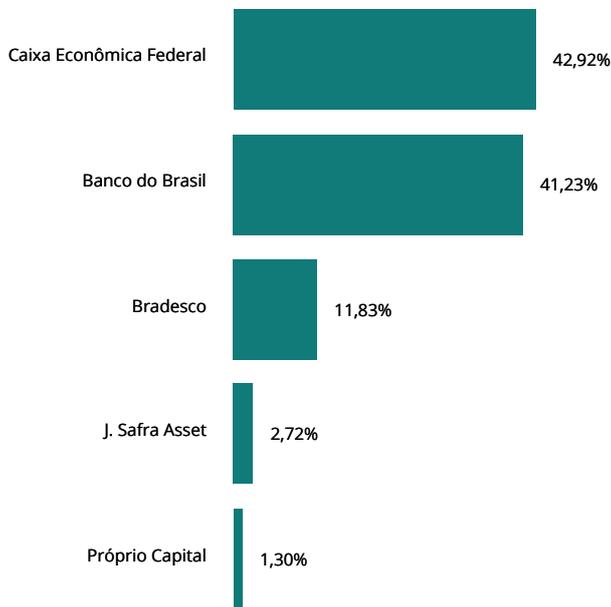


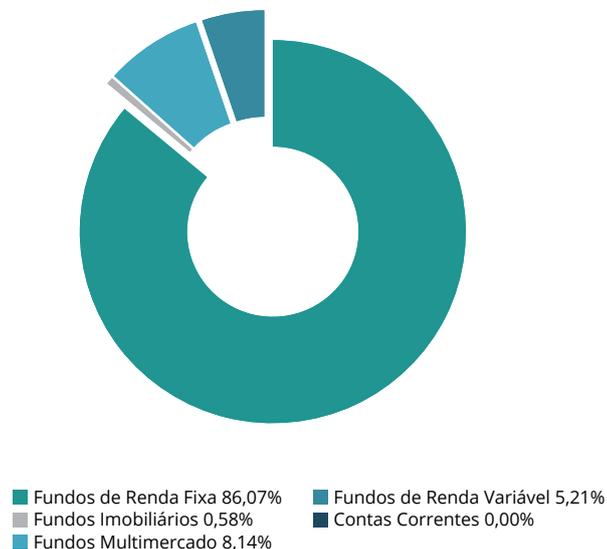
ANGEPREV

Os recursos do ANGEPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



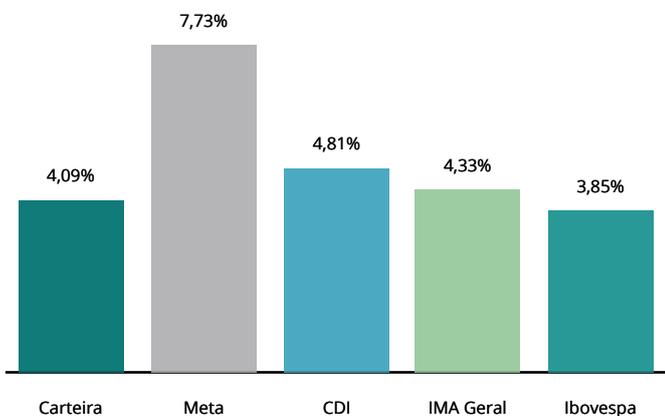
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



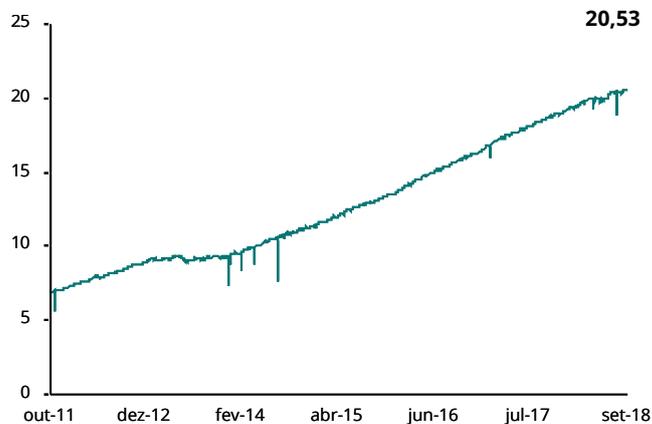
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
ANGEPREV	0,63%	4,09%	5,97%
META ATUARIAL INPC + 6 %	0,79%	7,73%	10,19%
CDI	0,47%	4,81%	6,66%
IMA GERAL	0,64%	4,33%	5,39%
IBOVESPA	3,48%	3,85%	6,80%

CARTEIRA X INDICADORES EM 2018



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



ANGEPREV

O mês de setembro começou com o plenário do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidindo indeferir o pedido de registro de candidatura do ex-presidente Lula (PT) à presidência da República. No dia 03/09 ficou estabelecido um prazo de 10 dias para a substituição do nome da candidatura petista. Assim, no dia 11/09 foi oficializada a substituição de Lula por Fernando Haddad na disputa presidencial, e Manuela D'Ávila (PCdoB) foi confirmada como vice na chapa.

Ainda no campo político, o candidato à presidência, Jair Bolsonaro, foi vítima de um atentado no dia 06/09. Enquanto fazia campanha em Juiz de Fora (MG), ele foi esfaqueado e teve ferimentos no abdômen. O acontecimento fez com que Bolsonaro ficasse fora de debates e cancelasse toda a sua agenda de campanha eleitoral, pelo menos até o final do primeiro turno. Por fim, o ex-governador do Paraná e candidato ao Senado pelo PSDB, Beto Richa, foi preso no dia 11/09, sendo alvo de duas operações na nova fase da Lava Jato. O fato serviu para desidratar ainda mais a candidatura à presidência do Tucano Geraldo Alckmin.

Com relação aos índices de atividade econômica divulgados em setembro, eles mostraram fraqueza na retomada do crescimento econômico. Para o mês de julho, a produção industrial, por exemplo, mostrou variação negativa de 0,2% quando comparada com o mês imediatamente anterior. Apesar de negativo, o índice veio acima do esperado pelo mercado que previa uma contração de 1,7%. Já em comparação com julho de 2017, a expansão foi de 4%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 2,5% enquanto que em 12 meses a expansão do setor foi de 3,2%. Por fim, dos ramos pesquisados, 10 dos 26 mostraram taxas negativas, com destaque para veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,5%) e produtos alimentícios (-1,7%). Esses valores voltaram a apresentar queda na produção após alcançarem crescimento no mês anterior. Do lado positivo, os desempenhos de maior relevância foram os setores de outros equipamentos de transporte (16,7%) e outros produtos químicos (4,3%).

Já em relação ao comércio nacional, no mês de julho o comércio varejista apresentou queda de 0,5% em comparação com o mês imediatamente anterior. O resultado veio abaixo da expectativa de mercado, que esperava crescimento de 0,3%. Com isso, o trimestre encerrado em julho (-0,8%) intensifica o ritmo de queda, em relação ao trimestre encerrado em junho (-0,2%). Já no comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo, as atividades de veículos, motos partes e peças e de material de construção, o volume de vendas mostrou variação de -0,4%.

O setor de serviços, por sua vez, sofreu retração de 2,2% frente ao mês de junho (4,8%). Em comparação com julho de 2017, a variação foi negativa em 0,3%. No acumulado do ano, o setor apresenta retração de 0,8% e em 12 meses essa queda é de 1,0%. A retração observada aconteceu em quatro das cinco atividades investigadas. Os serviços prestados às famílias foi o único destaque positivo, com aumento de 3,1% em comparação com o mês anterior. Já nos destaques negativos podem-se citar serviços de transportes (-4,0%) e outros serviços (-3,2%).

Por fim, o índice de atividade econômica do Banco Central, IBC-Br, variou 0,57% em relação ao mês anterior. Em comparação com o julho do ano passado, o aumento foi de 2,56%. O acumulado do ano ficou em 1,19% e o acumulado em 12 meses em 1,46%.

Já com relação aos preços, o IGP-M, calculado pela FGV, teve alta de 1,52%, seguindo elevação de 0,70% em agosto. O índice ficou acima do esperado pelo mercado, que esperava uma alta de 1,33%. Já o IPCA, mostrou aceleração em relação ao mês anterior. O índice variou 0,48% frente a queda de 0,09% em agosto. O resultado esperado pelo mercado era de 0,41%. Com isso, o índice oficial de inflação fechou o acumulado do ano em 3,34% enquanto que em 12 meses apresentou variação de 4,53%.

Ainda sobre preços, o Copom (Comitê de Política Monetária) manteve a taxa Selic em 6,5%, conforme o esperado. No comunicado, foi avaliado que a atividade segue em recuperação gradual enquanto a inflação corrente se encontra em níveis apropriados, juntamente com expectativas inflacionárias ancoradas. O Banco Central destacou, também, que com exceção de alguns preços administrados, o nível de repasse cambial se mostra contido, principalmente devido ao grande nível de ociosidade da economia. Já no exterior, foi mantida a visão de que o cenário ainda é desafiador, tendo como riscos a guerra comercial e a normalização das taxas de juros nas economias desenvolvidas. Apesar disso, foi destaque a capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver revés no cenário internacional, devido à situação robusta de seu balanço de pagamentos. Diante dessa perspectiva, o Banco Central ressaltou que o cenário atual exige uma taxa de juros estimulativa. Entretanto, avaliou que o estímulo pode começar a ser retirado gradualmente caso o cenário prospectivo para inflação e/ou o balanço de riscos do país apresente piora.

No mercado financeiro, o mês foi novamente de instabilidade. Logo após o atentado de Jair Bolsonaro, por exemplo, o índice Ibovespa fechou em alta de 1,76%. Dois dias depois a queda havia sido de 2,33%. A crise econômica na Argentina e novos desfechos da guerra comercial travada pela China e pelos Estados Unidos, também trouxeram volatilidade ao mercado. O dólar fechou o mês com queda de 0,84% cotado a R\$ 4,0378 enquanto a bolsa fechou com alta de 3,5%.

ANGEPREV

No cenário Internacional, o mês foi marcado por novas tensões acerca da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. No dia 18/09 o governo dos EUA confirmou a imposição de mais tarifas de importação sobre cerca de US\$ 200 bilhões em produtos chineses. As tarifas começaram em 10% e passaram a valer a partir do dia 24 de setembro. Até o fim do ano, é esperado que as tarifas atinjam 25%. Como resposta, a China anunciou novas tarifas sobre US\$ 60 bilhões em produtos americanos e reiterou a queixa realizada na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as taxas americanas. Por outro lado, no mês de setembro os Estados Unidos e o Canadá anunciaram a retomada das negociações sobre o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), trazendo um pouco de tranquilidade para os investidores.

Ainda sobre os Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, Banco Central Americano) elevou a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 2% a 2,25%, em linha com as expectativas de mercado. Foi o terceiro aumento neste ano, e o oitavo desde que o Fed começou a elevar os juros no final de 2015. Os integrantes do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) sinalizaram que pretendem continuar com a elevação dos juros. Assim, o mercado trabalha com expectativas de mais uma alta ainda neste ano, três altas em 2019 e mais uma alta em 2020. Já em 2021 está prevista a manutenção dos juros no patamar de 3,38%.

Na região europeia, Banco Central Europeu (BCE) manteve a política monetária inalterada, de acordo com o esperado. O BCE também informou que o conselho continuará sob o programa de compras de ativos no ritmo atual de 30 bilhões de euros por mês até o final deste mês. Depois de setembro, o conselho vai reduzir o ritmo mensal de compras de ativos para 15 bilhões de euros até o fim de dezembro e prevê que, a depender dos dados, as compras vão terminar. Ainda na Europa, o Banco Central britânico também manteve a taxa de juros inalterada e demonstrou preocupação com maior incerteza nos mercados financeiros do Brexit. Por fim, o orçamento fiscal italiano para 2019 frustrou as expectativas do mercado. O governo anunciou um déficit de 2,4% do PIB, enquanto que a expectativa de mercado era de um déficit de no máximo 2% do PIB, o que possibilitaria, ao menos, a estabilização da dívida.

Por fim, o destaque dos países emergentes ficou por conta da Argentina. O mês começou com o presidente do país, Mauricio Macri, anunciando uma série de medidas econômicas. Foi anunciada a redução no número de ministérios e aplicação de impostos aos exportadores para buscar um equilíbrio fiscal e conter a crise cambial e econômica do país. No pacote econômico anunciado também estavam inclusos a redução nos subsídios das tarifas de transportes e energia, o congelamento das vagas no setor público e o corte de investimentos em infraestrutura. Estavam previstos, por outro lado, aumento de gastos em programas sociais para compensar os efeitos da recessão. As medidas foram anunciadas após o governo rever o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) cujas negociações se seguiram por todo o mês. Em junho, a Argentina havia acordado com o FMI um empréstimo de US\$ 50 bilhões, dos quais US\$ 15 bilhões seriam recebidos imediatamente e o resto seria liberado ao longo de três anos. O presidente Macri solicitou, entretanto, a antecipação dos recursos. As negociações com o FMI resultaram em uma greve geral de 24 horas que paralisou os principais setores da Argentina. Os sindicatos também protestaram contra a inflação e contra a perda salarial. Ainda, em meio à greve geral, o presidente do Banco Central, Luis Caputo, renunciou ao cargo, citando razões pessoais. Finalmente, no dia 27/09 o FMI e o governo da Argentina chegaram a um acordo que elevou o programa de ajuda do país em US\$ 7,1 bilhões e que antecipa os desembolsos do fundo. Nesse cenário, o novo presidente do BC da Argentina, Guido Sandleris, anunciou que a autoridade monetária abandonou o regime de metas de inflação e adotará uma banda cambial. Com isso, passará a se concentrar na quantidade de dinheiro em circulação e deixará de fixar a taxa de juros.